

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	17
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	22
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	67
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	68

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	69
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	70
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

72

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	141.207.396
Preferenciais	0
Total	141.207.396
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	18/02/2016	Dividendo	10/05/2016	Ordinária		0,17081

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	716.756	690.966
1.01	Ativo Circulante	23.148	25.700
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	42	116
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.658	8.021
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.658	8.021
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	5.658	8.021
1.01.03	Contas a Receber	11.382	11.201
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.382	11.201
1.01.03.02.02	Empréstimos a Partes Relacionadas	11.382	11.201
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.065	6.225
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.065	6.225
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	137
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1	0
1.01.08.03	Outros	1	0
1.02	Ativo Não Circulante	693.608	665.266
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.377	13.862
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	8.377	13.862
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	8.377	13.862
1.02.02	Investimentos	685.231	651.404
1.02.02.01	Participações Societárias	685.231	651.404
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	685.231	651.404

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	716.756	690.966
2.01	Passivo Circulante	11.262	11.865
2.01.02	Fornecedores	15	14
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15	14
2.01.03	Obrigações Fiscais	19	661
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19	661
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	11	661
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.228	11.170
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	11.228	11.170
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.228	11.170
2.01.05	Outras Obrigações	0	20
2.01.05.02	Outros	0	20
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	20
2.02	Passivo Não Circulante	8.377	13.862
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.377	13.862
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.377	13.862
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.377	13.862
2.03	Patrimônio Líquido	697.117	665.239
2.03.01	Capital Social Realizado	358.280	352.501
2.03.02	Reservas de Capital	197.507	195.947
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	214.131	214.131
2.03.02.04	Opções Outorgadas	8.068	6.508
2.03.02.07	Gastos na emissão de ações	-24.692	-24.692
2.03.04	Reservas de Lucros	108.791	116.791
2.03.04.01	Reserva Legal	7.037	7.037
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	101.754	101.754
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	8.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	32.539	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	17.311	32.159	11.313	22.825
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28	-90	-8	-58
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17	-18	0	0
3.04.05.01	Pesquisa e Desenvolvimento	-17	-18	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.356	32.267	11.321	22.883
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.311	32.159	11.313	22.825
3.06	Resultado Financeiro	247	502	4.130	7.980
3.06.01	Receitas Financeiras	730	1.518	4.635	8.954
3.06.02	Despesas Financeiras	-483	-1.016	-505	-974
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.558	32.661	15.443	30.805
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-63	-122	175	-141
3.08.01	Corrente	-63	-122	175	0
3.08.02	Diferido	0	0	0	-141
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.495	32.539	15.618	30.664
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.495	32.539	15.618	30.664
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,1239	0,2306	0,1113	0,2185
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,123	0,229	0,1105	0,217

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	17.495	32.539	15.618	30.664
4.03	Resultado Abrangente do Período	17.495	32.539	15.618	30.664

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-789	-83
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-199	66
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	32.539	30.664
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-32.267	-22.883
6.01.01.09	Impostos Diferidos	0	141
6.01.01.10	Impostos Correntes	122	0
6.01.01.12	Rendimento aplicação financeira	-593	-7.856
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-590	-149
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	45	2.498
6.01.02.04	Outros Créditos e Depósitos Judiciais	13	-24
6.01.02.05	Fornecedores	3	-397
6.01.02.07	Impostos e Contribuições a Recolher	-650	-2.226
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	-1	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.956	14.588
6.02.06	Aplicações Financeiras	-5.890	-2.820
6.02.11	Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	0	8.400
6.02.12	Resgate de juros e aplicação financeira	8.846	9.008
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.241	-14.510
6.03.05	Dividendos Pagos	-8.000	0
6.03.06	Aporte de Capital de Acionistas	5.779	190
6.03.08	Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-20	-14.700
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-74	-5
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	116	33
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42	28

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	352.501	195.947	116.791	0	0	665.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	352.501	195.947	116.791	0	0	665.239
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.779	1.560	-8.000	0	0	-661
5.04.01	Aumentos de Capital	5.779	0	0	0	0	5.779
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.560	0	0	0	1.560
5.04.06	Dividendos	0	0	-8.000	0	0	-8.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.539	0	32.539
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.539	0	32.539
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	358.280	197.507	108.791	32.539	0	697.117

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	350.662	193.344	90.172	0	0	634.178
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	350.662	193.344	90.172	0	0	634.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	190	1.270	-13.199	0	0	-11.739
5.04.01	Aumentos de Capital	190	0	0	0	0	190
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.270	0	0	0	1.270
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-13.199	0	0	-13.199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.664	0	30.664
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.664	0	30.664
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	350.852	194.614	76.973	30.664	0	653.103

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59	-2
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-59	-2
7.03	Valor Adicionado Bruto	-59	-2
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-59	-2
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.785	31.837
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	32.267	22.883
7.06.02	Receitas Financeiras	1.518	8.954
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	33.726	31.835
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	33.726	31.835
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	171	197
7.08.02.01	Federais	171	197
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.016	974
7.08.03.01	Juros	1.016	974
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.539	30.664
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.539	30.664

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.020.118	996.087
1.01	Ativo Circulante	400.137	373.304
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.087	14.790
1.01.02	Aplicações Financeiras	244.823	229.091
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	244.823	229.091
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	244.823	229.091
1.01.03	Contas a Receber	98.892	91.690
1.01.03.01	Clientes	98.892	91.690
1.01.04	Estoques	4	29
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.168	25.610
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.168	25.610
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.803	2.405
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.360	9.689
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	9.689
1.01.08.03	Outros	17.360	0
1.02	Ativo Não Circulante	619.981	622.783
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.839	3.531
1.02.01.03	Contas a Receber	3.240	3.314
1.02.01.03.01	Clientes	2.783	2.778
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	457	536
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	599	217
1.02.03	Imobilizado	49.742	47.691
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	49.742	47.691
1.02.04	Intangível	566.400	571.561
1.02.04.01	Intangíveis	189.817	197.824
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	189.817	197.824
1.02.04.02	Goodwill	376.583	373.737
1.02.04.02.01	Ágio	376.583	373.737

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.020.118	996.087
2.01	Passivo Circulante	119.701	98.866
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.010	28.790
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	39.010	28.790
2.01.02	Fornecedores	5.880	6.454
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.880	6.454
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.043	6.892
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.886	5.885
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.651	600
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.235	5.285
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	50	2
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.107	1.005
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.725	11.917
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.725	11.917
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	20.725	11.917
2.01.05	Outras Obrigações	47.043	44.813
2.01.05.02	Outros	47.043	44.813
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	20
2.01.05.02.04	Receita Diferida	9.295	10.593
2.01.05.02.05	Contas a Pagar por Aquisição de Controladas	33.213	28.335
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	4.535	5.865
2.02	Passivo Não Circulante	203.300	231.982
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	103.071	116.421
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	103.071	116.421
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	103.071	116.421
2.02.02	Outras Obrigações	51.518	69.443
2.02.02.02	Outros	51.518	69.443
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	2.054	2.207
2.02.02.02.04	Contas a Pagar por Aquisição de Controladas	49.464	67.236
2.02.03	Tributos Diferidos	48.002	45.543
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.002	45.543
2.02.04	Provisões	709	575
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	709	575
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	447	284
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	262	291
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	697.117	665.239
2.03.01	Capital Social Realizado	358.280	352.501
2.03.02	Reservas de Capital	197.507	195.947
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	214.131	214.131
2.03.02.04	Opções Outorgadas	8.068	6.508
2.03.02.07	Gastos na Emissão de Ações	-24.692	-24.692
2.03.04	Reservas de Lucros	108.791	116.791
2.03.04.01	Reserva Legal	7.037	7.037
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	101.754	101.754
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	8.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	32.539	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	122.377	240.433	108.765	213.874
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.804	-70.481	-31.332	-60.653
3.03	Resultado Bruto	86.573	169.952	77.433	153.221
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-68.470	-133.803	-60.686	-119.074
3.04.01	Despesas com Vendas	-15.620	-29.670	-12.707	-26.044
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.244	-71.871	-33.560	-64.243
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15.606	-32.262	-14.419	-28.787
3.04.05.01	Pesquisa e Desenvolvimento	-14.564	-29.601	-13.392	-27.128
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-1.042	-2.661	-1.027	-1.659
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.103	36.149	16.747	34.147
3.06	Resultado Financeiro	2.555	3.939	4.057	6.982
3.06.01	Receitas Financeiras	9.191	17.703	8.716	16.021
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.636	-13.764	-4.659	-9.039
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.658	40.088	20.804	41.129
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.163	-7.549	-5.186	-10.465
3.08.01	Corrente	-3.028	-5.090	-1.988	-3.714
3.08.02	Diferido	-135	-2.459	-3.198	-6.751
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.495	32.539	15.618	30.664
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	17.495	32.539	15.618	30.664
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	17.495	32.539	15.618	30.664
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,1239	0,2306	0,1113	0,2185
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,123	0,229	0,1105	0,217

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	17.495	32.539	15.618	30.664
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	17.495	32.539	15.618	30.664
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	17.495	32.539	15.618	30.664

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	42.301	39.847
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	63.214	58.594
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	32.539	30.664
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	27.043	24.314
6.01.01.05	Resultado na Venda de Imobilizados e Intangíveis	143	694
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	682	49
6.01.01.08	Encargos Financeiros	9.570	6.208
6.01.01.09	Impostos Diferidos	2.459	6.751
6.01.01.10	Impostos Correntes	5.090	3.715
6.01.01.11	Plano de Opção de Compra de Ações	1.560	1.270
6.01.01.12	Rendimento aplicação financeira	-15.872	-15.071
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.913	-18.747
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-7.889	-12.798
6.01.02.02	Estoques	25	94
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-1.953	3.506
6.01.02.04	Outros Créditos e Depósitos Judiciais	-13.374	-4.694
6.01.02.05	Fornecedores	-275	-1.570
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas	10.220	5.572
6.01.02.07	Impostos e Contribuições a Recolher	-1.900	-4.300
6.01.02.08	Receita Diferida	-1.298	573
6.01.02.09	Outras Contrás a Pagar	-1.827	-881
6.01.02.10	Impostos de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.642	-4.249
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.934	-48.626
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-6.722	-8.109
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-17.353	-10.638
6.02.06	Aplicações financeiras	-119.013	-73.378
6.02.12	Resgate de juros e aplicação financeira	119.154	43.499
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-29.070	-247
6.03.01	Ingressos de Empréstimos e Financiamentos	0	39.692
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-5.538	-7.035
6.03.03	Encargos Financeiros Pagos	-6.818	-3.812
6.03.04	Pagamentos de Aquisição de Controladas	-14.473	-14.582
6.03.05	Dividendos Pagos	-8.000	0
6.03.06	Aporte de Capital de Acionistas	5.779	190
6.03.08	Juros sobre Capital Proprio Pagos	-20	-14.700
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.703	-9.026
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.790	17.373
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.087	8.347

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	352.501	195.947	116.791	0	0	665.239	0	665.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	352.501	195.947	116.791	0	0	665.239	0	665.239
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.779	1.560	-8.000	0	0	-661	0	-661
5.04.01	Aumentos de Capital	5.779	0	0	0	0	5.779	0	5.779
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.560	0	0	0	1.560	0	1.560
5.04.06	Dividendos	0	0	-8.000	0	0	-8.000	0	-8.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.539	0	32.539	0	32.539
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.539	0	32.539	0	32.539
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	358.280	197.507	108.791	32.539	0	697.117	0	697.117

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	350.662	193.344	90.172	0	0	634.178	0	634.178
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.662	193.344	90.172	0	0	634.178	0	634.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	190	1.270	-13.199	0	0	-11.739	0	-11.739
5.04.01	Aumentos de Capital	190	0	0	0	0	190	0	190
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.270	0	0	0	1.270	0	1.270
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-13.199	0	0	-13.199	0	-13.199
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.664	0	30.664	0	30.664
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.664	0	30.664	0	30.664
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	350.852	194.614	76.973	30.664	0	653.103	0	653.103

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	267.474	234.357
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	266.877	232.219
7.01.02	Outras Receitas	1.280	2.187
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-683	-49
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-50.873	-44.045
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-16.589	-13.097
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.308	-29.140
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.976	-1.808
7.03	Valor Adicionado Bruto	216.601	190.312
7.04	Retenções	-27.043	-24.313
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-27.043	-24.313
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	189.558	165.999
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.677	16.021
7.06.02	Receitas Financeiras	18.677	16.021
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	208.235	182.020
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	208.235	182.020
7.08.01	Pessoal	112.468	99.973
7.08.01.01	Remuneração Direta	90.157	81.542
7.08.01.02	Benefícios	13.278	10.748
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.033	7.683
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	44.106	37.719
7.08.02.01	Federais	35.570	30.441
7.08.02.02	Estaduais	1.695	1.449
7.08.02.03	Municipais	6.841	5.829
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.122	13.664
7.08.03.01	Juros	14.738	9.039
7.08.03.02	Aluguéis	4.384	4.625
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.539	30.664
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.539	30.664

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

A Administração da Linx S.A. ("Linx", "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2015 ("2º trimestre de 2015", "2T15") e 30 de junho de 2016 ("2º trimestre de 2016", "2T16").

A Linx é líder no fornecimento de soluções de software de gestão para o varejo brasileiro.

A Companhia está presente no mercado há mais de 30 anos, oferecendo aos seus clientes sistemas de gestão empresarial integrados, que contemplam toda a cadeia de varejo. Partindo dos softwares de automação comercial, que realizam todas as operações necessárias do ponto de venda (POS), até o enterprise resource planning (ERP) completo, além de soluções de conectividade, transferência eletrônica de fundos, cupom fiscal eletrônico, e-commerce, CRM, NFC-e e mobilidade, todas totalmente integradas, dentre outras ofertas.

Desempenho Operacional e Financeiro

No 2T16, a receita recorrente atingiu R\$117,8 milhões, com crescimento de 19,2% sobre o 2T15 e representando 83% da receita operacional bruta. Este resultado demonstra a resiliência do modelo de negócios baseado em receitas recorrentes, "lock-in" com a base de clientes, inclusive com aumento da qualidade no atendimento e diversificação de verticais, geografias e portfólio.

O momento atual de mercado é complexo. De um lado, temos dinâmicas seculares que impulsionam o investimento em tecnologia por parte dos varejistas e sustentam um crescimento saudável para a Linx. Um exemplo atual disso é a migração das impressoras fiscais para o cupom fiscal eletrônico, que inclusive ajuda a viabilizar diversas soluções de Omni Channel no varejo físico. Por outro lado, apesar do humor do mercado financeiro brasileiro ter melhorado nas últimas semanas, na economia real a recuperação ainda não é perceptível. Especialmente no varejo, os resultados seguem abaixo do esperado, refletindo um mercado de trabalho mais frágil e um consumo retraído, dificultando o crescimento orgânico da receita recorrente no curto prazo.

Neste trimestre, a receita de serviços mostrou recuperação e atingiu R\$23,7 milhões, 4,5% maior que no 2T15. Em relação ao 1T16, um trimestre sazonalmente mais fraco nesta linha, a receita de serviços cresceu 17,8%. Mesmo com este crescimento, reforçamos que é estratégia da Linx simplificar e acelerar os processos de implantação, customização e treinamento em seus clientes, reduzindo assim a necessidade de serviços e tornando as soluções mais acessíveis. A migração para a nuvem segue um fator fundamental neste movimento. Atualmente, mais de 45% da receita recorrente já vem de ofertas totalmente em nuvem. Em 2013, este percentual era de 30%.

A combinação das receitas recorrente e de serviços se traduz na receita operacional bruta (ROB). No 2T16, ela foi de R\$141,4 milhões, um aumento de 16,5% sobre o 2T15.

A receita operacional líquida (ROL) atingiu R\$122,4 milhões no 2T16, apresentando um aumento de 12,5% em relação aos R\$108,8 milhões do 2T15.

A diferença a menor no crescimento entre as receitas bruta e líquida no 2T16, em comparação ao 2T15, deriva do aumento, a partir de Dezembro de 2015, do percentual de recolhimento de INSS sobre a receita bruta, que passou de 2,0% para 4,5%. Desta forma, somente a partir do 1T17 teremos novamente bases de comparação similares para os crescimentos das receitas bruta e líquida.

(R\$ mil)	2T16	2T15	Δ%	1T16	Δ%	1S16	1S15	Δ%
Receita operacional líquida	122.377	108.765	12,5%	118.056	3,7%	240.433	213.874	12,4%
Custos dos serviços prestados	(35.804)	(31.332)	14,3%	(34.677)	3,2%	(70.481)	(60.653)	16,2%
Lucro bruto	86.573	77.433	11,8%	83.379	3,8%	169.952	153.221	10,9%
Despesas operacionais	(68.470)	(60.686)	12,8%	(65.333)	4,8%	(133.803)	(119.074)	12,4%
Gerais e administrativas	(37.244)	(33.560)	11,0%	(34.627)	7,6%	(71.871)	(64.243)	11,9%
Vendas e marketing	(15.620)	(12.707)	22,9%	(14.050)	11,2%	(29.670)	(26.044)	13,9%
Pesquisa e desenvolvimento	(14.564)	(13.392)	8,8%	(15.037)	-3,1%	(29.601)	(27.128)	9,1%
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.042)	(1.027)	1,5%	(1.619)	-35,6%	(2.661)	(1.659)	60,4%
EBIT	18.103	16.747	8,1%	18.046	0,3%	36.149	34.147	5,9%
Depreciação e amortização	13.848	12.877	7,5%	13.195	4,9%	27.043	24.314	11,2%
EBITDA	31.951	29.624	7,9%	31.241	2,3%	63.192	58.461	8,1%
Margem EBITDA	26,1%	27,2%	-110 bps	26,5%	-40 bps	26,3%	27,3%	-100 bps

O EBITDA atingiu R\$32,0 milhões no 2T16, um aumento de 7,9% em comparação ao 2T15, mesmo com o aumento do INSS sobre a receita bruta e com as aquisições da Neemu e Chaordic. Em comparação ao 1T16, houve um aumento no EBITDA de 2,3%.

Comentário do Desempenho

A margem EBITDA do trimestre foi de 26,1%, 110 bps abaixo do 2T15, reflexo da consolidação da Neemu e da Chaordic e, principalmente, ao aumento do INSS de 2,0% para 4,5%, conforme mencionado anteriormente. Em relação ao 1T16, a margem EBITDA diminuiu 40 bps. Porém, excluindo a reversão de “earn-out” da Opus no 1T16, a margem EBITDA ajustada aumentou 30 bps, resultado da diluição do dissídio aplicado em São Paulo em 1º de Janeiro.

O lucro líquido foi de R\$17,5 milhões no 2T16, um aumento de 12,0% em comparação aos R\$15,6 milhões do 2T15.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Linx declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de junho de 2016, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Instrução Normativa CVM 381, declaramos que no período findo em 30 de junho de 2016 não nos prestou quaisquer outros serviços que possam afetar a sua independência profissional.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionadas à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

Nesse sentido, no período findo em 30 de junho, foram contratados serviços de Revisão de Contratos. Em relação a esses serviços a KPMG declarou à Companhia que não existiu qualquer vínculo ou situação de fato que tenha configurado conflito de interesses que inviabilizasse o exercício das suas atividades como auditor da Companhia de forma independente.

São Paulo, 08 de agosto de 2016.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais – ITR

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Fundada em 1985 e com sede na Rua Cenno Sbrighi, 170, São Paulo - Capital, a Linx é líder no fornecimento de soluções de software de gestão em ERP e POS, de acordo com pesquisa do IDC, e oferece soluções de conectividade, TEF, e-commerce e CRM para o setor varejista no Brasil. A Companhia atingiu esta posição de liderança oferecendo tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, seu modelo verticalizado de atuação, que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte e por meio do nosso modelo de negócios diferenciado.

A Linx S.A. (“Companhia”), abriu seu capital em 06 de fevereiro de 2013 e tem por atividade a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacional ou estrangeira, como sócia, acionista, cotista e ainda, a representação de outras sociedades de qualquer natureza no Brasil ou no exterior e a administração de bens próprios e de terceiros.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&F Bovespa e são negociadas sob o código LINX3.

É controladora das seguintes Empresas:

Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (“Linx Sistemas”): atuante no desenvolvimento de softwares de gestão no segmento de varejo, prestação de suporte técnico, consultoria e treinamento.

Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda. (“Linx Gerenciamento de Redes”): atuante na prestação de serviços de manutenção, locação e gerenciamento de redes que não envolva geração, transmissão e recepção de sinais de comunicação.

Linx Telecomunicações Ltda. (“Linx Telecomunicações”): atuante na prestação de serviços de telecomunicações em geral, assim entendida na transmissão de voz, dados, imagens e sons por quaisquer meios, incluindo-se serviços de redes e circuitos, telefonia, por quaisquer sistemas, inclusive, pela internet.

Notas Explicativas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluem as informações da Linx S.A., suas controladas e fundo exclusivo a seguir relacionados:

	Porcentagem de participação	
	30/06/16	31/12/15
Controladas		
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Telecomunicações Ltda.	99,99%	99,99%
Controladas Indiretas		
Neemu Serviços em Tecnologia da Informação S.A.	100,00%	100,00%
Chaordic Systems S.A. (*)	-	100,00%
Chaordic Corporation (**)	100,00%	100,00%
Fundo Exclusivo		
Retail Renda Fixa Cred Privado FI	100,00%	100,00%

(*) Empresa incorporada pela controladora Linx Sistemas em 01 de janeiro de 2016.

(**) Empresa controlada pela Linx Sistemas, oriunda da aquisição da Chaordic Systems.

2 Aquisições de controladas

A Companhia não obteve controle de novas empresas durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

A seguir, são resumidos os valores das contraprestações transferidas e os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data em que todas as aquisições anteriores a 30 de junho de 2016 foram realizadas pela Companhia:

	Data da Aquisição	Participação Societária Adquirida	Valor da operação	Valor da operação atualizado	Valor pago até 30/06/2016	Valor a pagar em 30/06/2016	Alocação Intangível	Alocação ágio
Anos anteriores	31/12/14	-	474.591	502.653	468.466	34.187	181.673	293.816
Neemu	03/09/15	100%	55.456	57.204	31.481	25.723	10.857	40.093
Chaordic	03/09/15	100%	55.980	56.854	44.669	12.185	7.751	46.632
			586.027	616.711	544.616	72.095	200.281	380.541 *

* O valor da alocação do ágio não contempla o montante do VPL das empresas adquiridas e portanto não pode ser conciliado com a nota explicativa 11.

Notas Explicativas

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais – ITR individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e devem ser lidas em conjunto.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão das informações trimestrais - ITR individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 08 de agosto de 2016.

3.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado.

3.3 Correções de erros e reclassificações

3.3.1 Fluxos de caixa

Os juros de aplicações financeiras que não tem efeito caixa estavam anteriormente apresentados como fluxos de caixa de atividade de investimento (R\$ 15.071 no consolidado e R\$ 7.856 na controladora). Desta forma, estes valores foram reclassificados como ajuste ao lucro dentro do fluxo de atividades operacionais. O resumo destes efeitos nas demonstrações de fluxo de caixa está apresentado abaixo:

Notas Explicativas

	Controladora		
	30/06/15	Reclassificação	30/06/2015 (reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	7.773	(7.856)	(83)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	6.732	7.856	14.588
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	<u>(14.510)</u>	<u>-</u>	<u>(14.510)</u>
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>

	Consolidado		
	30/06/15	Reclassificação	30/06/2015 (reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	54.917	(15.071)	39.846
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(63.697)	15.071	(48.626)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	<u>(246)</u>	<u>-</u>	<u>(246)</u>
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.026)</u>	<u>-</u>	<u>(9.026)</u>

3.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

Nota Explicativa nº 7 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
 Nota Explicativa nº 10 – Vida útil dos bens do ativo imobilizado;
 Nota Explicativa nº 11 – Recuperabilidade de custos de desenvolvimento e Goodwill;
 Nota Explicativa nº 15 – Utilização dos créditos fiscais
 Nota Explicativa nº 17 – Provisão para contingências

Notas Explicativas

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas controladas da Companhia.

4.1 Base de consolidação

4.1.1 *Combinações de negócios*

As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo. Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

Os custos de transação os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

4.1.2 *Controladas*

As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas informações contábeis intermediárias da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo da equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis intermediárias das controladas na mesma data-base de apresentação das informações contábeis intermediárias.

4.1.3 *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas e registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

4.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 *Ativos financeiros não derivativos – Reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3.2 *Ativos financeiros não derivativos – Mensuração*

a. **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos, ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

b. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Notas Explicativas

c. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

4.3.3 ***Passivos financeiros não derivativos – Reconhecimento, baixa e mensuração***

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar por aquisição de controladas, dividendos e outras contas a pagar.

4.3.4 ***Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

4.3.5 ***Capital social***

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12

4.4 **Imobilizado**

4.4.1 ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Notas Explicativas

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado.

4.4.2 *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.4.3 *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e suas controladas irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, ou seja, de forma prospectiva.

4.5 *Ativos intangíveis e ágio*

4.5.1 *Ágio*

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas informações contábeis intermediárias consolidadas. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 2.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas Explicativas

4.5.2 *Pesquisa e desenvolvimento*

As despesas com pesquisas são reconhecidas no resultado quando incorridas.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (iv) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro, com utilidade para uso interno ou vender o ativo; (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (vi) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

4.5.3 *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos são as seguintes:

• Software	5 anos
• Softwares desenvolvidos	3 anos
• Tecnologia das aquisições	3-6 anos
• Carteira de clientes das aquisições	8-20 anos
• Acordo de não concorrência das aquisições	5 anos
• Marcas e patentes	7 anos

4.6 Redução ao valor recuperável (Impairment)

4.6.1 *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Notas Explicativas

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo Linx em condições que o Grupo Linx não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

4.6.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

Notas Explicativas

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.8 Receita operacional

A receita da Companhia é dividida em dois grupos:

- Receitas de manutenção são consideradas receitas recorrentes e compreendem atualizações dos “softwares”, suporte tecnológico, “helpdesk”, aluguel de equipamento, serviço de hospedagem de “software”, pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Esses serviços são faturados mensalmente. As receitas relativas à manutenção são reconhecidas no resultado mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.
- Receitas de serviço são consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento, licenças dos “softwares” e outros serviços. As receitas de serviços são reconhecidas no resultado em função da sua realização.

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Caso os valores faturados excedam os serviços prestados, então a diferença é apresentada como receita diferida (passivo circulante) no balanço patrimonial.

4.9 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

4.10 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

4.11 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

4.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda. e Neemu Serviços em Tecnologia da Informação S.A. adotam o regime de tributação do lucro presumido, no qual, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32% sobre as receitas provenientes de serviços e 100% das receitas financeiras. Sobre estas, aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Notas Explicativas

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

4.13 Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

a. Previdência privada e participação nos lucros

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

A Companhia e suas controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

b. Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

Notas Explicativas

c. Remuneração com base em opções de compra de ações

A Companhia oferece aos seus executivos plano de incentivo de longo prazo, com base na concessão de opção de compra de ações.

O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia e suas controladas é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia e suas controladas revisam as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

4.14 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.15 Informação por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, na prestação de serviços de implementação, na consultoria, assessoria e manutenção, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio.

Os softwares da Companhia são desenvolvidos para atender a diversos segmentos da economia, sendo os investimentos e resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4.16 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, e não foram adotadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Administração não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

4.16.1 IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida

Notas Explicativas

4.16.2 *IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas informações contábeis intermediárias e nas suas divulgações.

4.16.3 *IFRS 16 Leases (Arrendamentos)*

A IFRS 16 introduz o modelo único de contabilização de arrendamentos estabelecendo que o arrendatário deve reconhecer, com limitadas exceções, ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração está avaliando o impacto de sua adoção.

A Companhia e suas controladas ainda não escolheram o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

4.17 **Lucro por ação básico e diluído**

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

4.18 **Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

4.18.1 *Ativos intangíveis*

O valor justo de marcas adquiridas em uma combinação de negócios é baseado no valor presente dos pagamentos de royalties estimados que foram evitados em função de a marca ser possuída.

Notas Explicativas

O valor justo dos relacionamentos de clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado através do método de lucros excedentes de multi períodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte na criação dos respectivos fluxos de caixa.

O valor justo de outros ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

4.18.2 Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

4.18.3 Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado da data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

4.18.4 Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações contábeis intermediárias. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

4.18.5 Transações de pagamento baseada em ações

O valor justo das opções de ações a empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes. Inputs de mensuração incluem o preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica do preço da ação da Companhia, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

4.18.6 Contraprestação contingente

O valor justo da contraprestação contingente de uma aquisição de negócios é calculado utilizando-se o “income approach” baseado nos valores esperados de pagamento e nas probabilidades associadas à realização desses pagamentos. Quando apropriado, o valor é descontado ao valor presente.

Notas Explicativas

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Caixa e bancos	26	100	1.735	13.692
Aplicações financeiras de curto prazo	16	16	2.352	1.098
	<u>42</u>	<u>116</u>	<u>4.087</u>	<u>14.790</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) , remunerados pela taxa de 103,70% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (103,70% em 31 de dezembro de 2015).

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 21.

6 Aplicações financeiras

Nome	Data de aplicação	Vencimento	TX rend. médio em relação ao CDI (%)	Controladora		Consolidado	
				30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Retail Renda Fixa Crédito Privado	14/02/2013	Indeterminado	101,95%	5.658	8.021	226.368	211.840
Letra Financeira Escritural	13/10/2014	13/10/2016	103,70%	-	-	18.455	17.251
				<u>5.658</u>	<u>8.021</u>	<u>244.823</u>	<u>229.091</u>

Segue abaixo abertura da carteira do fundo de investimentos:

Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	31/12/2015 Valor líquido
Renda Fixa	CDBLA	30/10/13 à 21/02/14	30/10/13 à 21/02/14	22/02/16 A 02/10/18	30.948	CDI D 101%	30.948	38.588
Renda Fixa	DEBLA	03/02/14 à 29/04/14	28/04/16 à 01/02/16	01/02/16 à 28/04/16	36.581	CDI D 101,5%	10.002	12.308
Renda Fixa	LF	31/10/2013 à 26/10/15	29/11/13 à 26/10/15	03/11/2015 à 22/10/18	43	CDI e CDI D 108%	13.270	14.838
Renda Fixa	LFS	15/02/13	16/01/13	15/01/19	28	CDI D 111%	8.453	11.846
Renda Fixa	LFSFC	15/02/13 à 30/03/15	30/08/10 à 16/05/12	30/08/16 à 15/05/18	23	CDI e CDI D 112%	14.405	14.464
Renda Fixa	LFT	27/03/15 à 21/09/15	01/07/00 à 11/01/2013	01/09/18 à 01/03/21	2.419	SELIC	16.832	17.913
Renda Fixa	PRE	31/12/15	01/07/00	04/01/16	5.527	PRE 14,15 A.A	40.794	40.794
Fundo de investimento	Outros fundos	-	-	-	359.532	-	61.115	61.115
Renda Fixa	LF	.	13/10/14	13/10/16	1	CDI 103,7%	17.251	17.251
								<u>229.117</u>
						Despesas do fundo		(28)
						Saldo em tesouraria		<u>2</u>
								<u>229.091</u>

Notas Explicativas

Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	30/06/2016 Valor líquido
Renda Fixa	CDBLA	30/10/13 à 22/02/16	30/10/13 à 22/02/16	09/02/18 à 02/10/18	34.014	CDI D 101%	37.504	37.564
Renda Fixa	DEBLA	25/02/16 à 14/06/16	25/02/16 à 14/06/16	09/06/17 à 22/02/18	65.110	CDI D 101,5%	12.022	12.412
Renda Fixa	LF	11/12/14 à 26/10/15	02/07/14 à 26/10/15	04/07/16 à 22/10/18	43	CDI e CDI D 108%	13.270	15.882
Renda Fixa	LFS	15/02/13	16/01/13	15/01/19	28	CDI D 111%	8.453	12.809
Renda Fixa	LFSFC	15/02/13 à 01/12/15	24/09/10 à 16/05/12	26/09/16 à 15/05/18	21	CDI e CDI D 112%	12.328	12.339
Renda Fixa	LFT	27/03/15 à 17/02/16	01/07/00 à 11/01/2013	01/09/18 à 01/09/21	1.813	LFT	12.694	14.315
Renda Fixa	PRE	30/06/16	30/06/16	01/01/17	15.574	PRE 14,15 A.A	55.777	55.777
Fundo de investimento	Outros fundos	-	-	-	359.532	-	65.294	65.294
Renda Fixa	LF	.	13/10/14	13/10/16	1	CDI 103,7%	18.455	18.455
								<u>244.847</u>
Despesas do fundo								(27)
Saldo em tesouraria								<u>3</u>
								<u>244.823</u>

A Administração tem por política a utilização destes recursos, única e exclusivamente, para fins de pagamentos pontuais, tais como aquisições de empresas e pagamento de JCP, não utilizando os recursos aplicados nesta conta para fazer frente a sua necessidade de fluxo de caixa operacional.

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 21.

Notas Explicativas**7 Contas a receber de clientes**

	Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
Duplicatas e Cheques a Receber		
A Vencer	81.419	77.440
Vencidos (a)	24.364	20.339
	105.783	97.779
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.678)	(2.996)
(-) Ajustes a valor presente	(430)	(315)
	101.675	94.468
Circulante	98.892	91.690
Não circulante	2.783	2.778

(a) Os títulos vencidos têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
De 1 a 30 dias	9.249	7.376
De 31 a 60 dias	4.267	3.544
De 61 a 90 dias	2.719	2.272
De 91 a 180 dias	3.398	3.135
Acima de 181 dias	4.731	4.012
	24.364	20.339

A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa dos títulos vencidos acima de 180 dias que representa, basicamente, a perda histórica e adicionalmente cheques devolvidos e duplicatas a receber com discussão em juízo. Em nosso critério, deduzimos os valores referentes a depósitos não identificados recebidos há mais de 180 dias (R\$ 1.266 e R\$ 860 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente).

A movimentação desta provisão no consolidado está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
Saldo inicial	(2.996)	(3.604)
Adição por aquisição	-	(62)
Adição de provisão	(1.300)	(1.172)
Utilização / reversão	618	1.842
Saldo final	<u>(3.678)</u>	<u>(2.996)</u>

8 Partes relacionadas

Saldos patrimoniais

	Controladora			
	30/06/16		31/12/15	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	11.382	8.377	11.201	13.862
	<u>11.382</u>	<u>8.377</u>	<u>11.201</u>	<u>13.862</u>

O saldo com partes relacionadas refere-se substancialmente ao empréstimo atualizado pela TJLP, acrescido de 1% a 1,5% ao ano e também ao repasse de despesas. O saldo do empréstimo está sendo recebido de abril de 2014 até março de 2018.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possui empréstimos em aberto no montante de R\$ 123.796 (R\$ 128.338 em 31 de dezembro de 2015) com seu acionista (BNDES) conforme apresentado na Nota Explicativa N° 12.

Adicionalmente, entre as empresas controladas existem transações não relevantes de repasse de despesas, referente, ao compartilhamento de gastos comuns, que são eliminadas no processo de consolidação.

8.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração (5 administradores em 2016 e 2015), são resumidas como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado 30/06/16	Consolidado 30/06/15
Benefício de curto prazo a empregados		
Pagamento de pró-labore	2.682	3.031
Pagamentos com base em ações	6.026	965
	8.708	3.996

8.2 Resultado

No período findo em 30 de junho de 2016 existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 4.553 (R\$ 3.778 mesmo período em 2016) e receitas e despesas financeiras referentes a juros de empréstimos, as quais foram eliminadas no montante de R\$ 975 (R\$ 745 mesmo período em 2016). Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os períodos apresentados.

9 Investimentos

9.1 Investimentos em controladas

	Controladora	
	30/06/16	31/12/15
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	650.992	631.097
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda.	29.900	16.826
Linx Telecomunicações Ltda.	4.339	3.481
	685.231	651.404

Notas Explicativas

9.2 Informações em controladas

	Linx Sistemas	Linx Gerenciamento de Redes	Linx Telecomunicações	Total
30 de junho de 2015				
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	
Ativos circulantes	248.942	9.989	2.871	261.802
Ativos não circulantes	513.734	7.026	29	520.789
Total de ativos	762.676	17.015	2.900	782.591
Passivos circulantes	94.671	2.735	506	97.912
Passivos não circulantes	174.731	(51)	(20)	174.660
Total de passivos	269.402	2.684	486	272.572
Patrimônio Líquido	493.274	14.331	2.414	510.019
Receitas	228.782	12.303	5.286	246.371
Despesas	(207.220)	(10.502)	(5.766)	(223.488)
Lucro ou prejuízo	21.562	1.801	(480)	22.883
Resultado Equivalência Patrimonial	21.562	1.801	(480)	22.883
31 de dezembro de 2015				
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	
Ativos circulantes	344.059	12.664	3.814	360.537
Ativos não circulantes	615.246	7.527	135	622.908
Total de ativos	959.305	20.191	3.949	983.445
Passivos circulantes	96.107	3.357	468	99.932
Passivos não circulantes	232.101	8	-	232.109
Total de passivos	328.208	3.365	468	332.041
Patrimônio Líquido	631.097	16.826	3.481	651.404
Receitas	486.770	28.646	10.981	526.397
Despesas	(437.719)	(24.350)	(10.394)	(472.463)
Lucro ou prejuízo	49.051	4.296	587	53.934
Resultado Equivalência Patrimonial	49.051	4.296	587	53.934
30 de junho de 2016				
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	
Ativos circulantes	348.569	27.185	4.657	380.411
Ativos não circulantes	613.341	7.780	67	621.188
Total de ativos	961.910	34.965	4.724	1.001.599
Passivos circulantes	115.636	5.103	390	121.129
Passivos não circulantes	195.282	(37)	(5)	195.240
Total de passivos	310.918	5.066	385	316.369
Patrimônio Líquido	650.992	29.899	4.339	685.230
Receitas	258.287	30.169	6.211	294.667
Despesas	(239.952)	(17.096)	(5.352)	(262.400)
Lucro ou prejuízo	18.335	13.073	859	32.267
Equivalência Patrimonial	18.335	13.073	859	32.267

Notas Explicativas

9.3 Movimentação dos investimentos

	Linx Sistemas	Linx Gerenciamento de Redes	Linx Telecomunicações	Total
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2014	470.443	12.530	2.894	485.867
Equivalência patrimonial	49.051	4.296	587	53.934
Aumento de capital	124.000			124.000
Plano de outorga de ações	2.603	-	-	2.603
Juros sobre capital próprio	(15.000)	-	-	(15.000)
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2015	631.097	16.826	3.481	651.404
Equivalência patrimonial	18.335	13.073	859	32.267
Plano de outorga de ações	1.560	-	-	1.560
Saldo dos investimentos em 30 de junho de 2016	650.992	29.899	4.340	685.231

Notas Explicativas

10 Imobilizado

	Consolidado						
	Computadores e eletrônicos	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Beneficiários em imóveis de terceiros	Imóveis	Outros componentes
Custo							
Saldo em 31 de Dezembro, 2014	25.419	9.543	5.154	16.663	12.465	3.349	1.012
Adições	2.140	2.490	793	4.666	3.179	-	-
Adição por aquisições de empresas	687	-	697	306	1.310	-	-
Baixas	(87)	(2.274)	(67)	(15)	-	-	-
Transferência	278	(1)	1	(275)	2	1	(6)
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	28.437	9.758	6.578	21.345	16.956	3.350	1.006
Depreciação							
Saldo em 31 de Dezembro, 2014	(17.379)	(4.462)	(2.168)	(4.637)	(2.489)	(179)	-
Adições	(3.071)	(1.887)	(507)	(1.699)	(1.568)	(110)	-
Adição por aquisições de empresas	(280)	-	(156)	(67)	(973)	-	-
Baixas	44	1.791	15	12	-	-	-
Transferência	(143)	-	-	143	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	(20.829)	(4.558)	(2.816)	(6.218)	(5.030)	(289)	-
Valor Residual							
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	7.608	5.200	3.762	15.127	11.926	3.061	1.006
Saldo em 31 de Dezembro, 2014	8.040	5.082	2.986	12.026	9.976	3.170	1.012
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	10%	4%	-

	Consolidado						
	Computadores e eletrônicos	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Beneficiários em imóveis de terceiros	Imóveis	Outros componentes
Custo							
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	28.437	9.758	6.578	21.345	16.956	3.350	1.006
Adições	920	195	660	3.164	1.783	-	-
Adição por aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(10)	(400)	(54)	(19)	(1)	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Adições	29.347	9.553	7.184	24.490	18.738	3.350	1.006
Depreciação							
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(20.829)	(4.558)	(2.816)	(6.218)	(5.030)	(289)	-
Adições	(1.393)	(902)	(293)	(1.022)	(863)	(56)	-
Adição por aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	333	9	1	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Adições	(22.222)	(5.127)	(3.100)	(7.239)	(5.893)	(345)	-
Valor Residual							
Saldo em 30 de Junho, 2016	7.125	4.426	4.084	17.251	12.845	3.005	1.006
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	7.608	5.201	3.762	15.127	11.926	3.061	1.006
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	10%	4%	-

As adições à depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do período foram registradas na rubrica “despesas operacionais administrativas e gerais”.

Notas Explicativas

11 Intangível

	Consolidado									Total do ativo Intangível
	Software	Desenvolvimento de Software	Softwares desenvolvidos	Desenvolvimento de Software - Juros Capitalizados *	Marcas adquiridas	Tecnologia aquisições	Carteira de clientes aquisições	Acordo de não concorrência aquisições	Ágio	
Custo										
Saldo em 31 de dezembro, 2014	19.944	586	61.556	817	42.375	74.271	86.408	771	303.961	590.690
Adições	6.656	323	17.216	1.151	-	411	-	-	-	25.757
Adição por aquisições de empresas	25	-	-	-	-	-	-	-	106.613	106.638
Baixas	-	(16)	(217)	-	-	-	-	-	1	(232)
Transferência	(661)	-	167	1	3.812	15.949	13.570	1	(32.841)	-
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	25.964	893	78.722	1.969	46.187	90.631	99.978	772	377.734	722.853
Amortização										
Saldo em 31 de dezembro, 2014	(8.392)	-	(38.095)	(87)	(232)	(39.194)	(17.491)	(772)	(3.963)	(108.226)
Adições	(3.694)	-	(13.543)	(375)	(961)	(15.471)	(9.013)	-	-	(43.057)
Adição por aquisições de empresas	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	(12.095)	-	(51.638)	(462)	(1.193)	(54.665)	(26.504)	(772)	(3.963)	(151.292)
Valor Residual										
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	13.869	893	27.084	1.507	44.994	35.966	73.474	-	373.771	571.561
Saldo em 31 de dezembro, 2014	11.552	586	23.461	730	42.143	35.077	68.917	(11)	299.998	482.464

* Valores relativos à capitalização de juros sobre o empréstimos obtido junto BNDES (atualizado a taxa de 1,5% ao ano acima da taxa de juros de longo prazo - TJLP (limitado a 6%)), destinado e utilizado no desenvolvimento de software.

	Consolidado									Total do ativo Intangível
	Software	Desenvolvimento de Software	Softwares desenvolvidos	Desenvolvimento de Software - Juros Capitalizados *	Marcas adquiridas	Tecnologia aquisições	Carteira de clientes aquisições	Acordo de não concorrência aquisições	Ágio	
Custo										
Saldo em 31 de dezembro, 2015	25.964	893	78.722	1.969	46.187	90.631	99.978	772	377.734	722.853
Adições	3.815	3.109	10.025	271	-	120	-	-	13	17.353
Adição por aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	996	-	-	-	-	(1.469)	(2.360)	-	2.833	-
Saldo em 30 de Junho, 2016	30.775	4.002	88.747	2.240	46.187	89.282	97.618	772	380.580	740.206
Amortização										
Saldo em 31 de dezembro, 2015	(12.095)	-	(51.638)	(462)	(1.193)	(54.665)	(26.504)	(772)	(3.963)	(151.292)
Adições	(2.278)	-	(8.577)	(337)	(480)	(5.972)	(4.870)	-	-	(22.514)
Adição por aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	(499)	-	-	-	-	499	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho, 2016	(14.872)	-	(60.215)	(799)	(1.673)	(60.138)	(31.374)	(772)	(3.963)	(173.806)
Valor Residual										
Saldo em 30 de Junho, 2016	15.903	4.002	28.532	1.441	44.514	29.144	66.244	-	376.617	566.400
Saldo em 31 de dezembro, 2015	13.869	893	27.084	1.507	44.994	35.966	73.474	-	373.771	571.561

* Valores relativos à capitalização de juros sobre o empréstimos obtido junto BNDES (atualizado a taxa de 1,5% ao ano acima da taxa de juros de longo prazo - TJLP (limitado a 6%)), destinado e utilizado no desenvolvimento de software.

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação do período foram registradas na rubrica “despesas operacionais administrativas e gerais”.

11.1 Desenvolvimento de software

A atividade da controlada Linx Sistemas pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que, segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. A amortização foi registrada no grupo de contas de despesas gerais e administrativas no resultado do período.

No período findo em 30 de junho de 2016, foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 29.601 (R\$ 27.128 no mesmo período em 2015) no consolidado, referente à pesquisa e manutenção dos softwares desenvolvidos.

Notas Explicativas

11.2 Análise de recuperabilidade - Ágio

A Administração da Companhia efetua anualmente a análise da recuperabilidade do ágio. No teste realizado em 31 de dezembro de 2015, foi considerado o planejamento de longo prazo até 2022, elaborados para o segmento Linx Sistemas, atuante no desenvolvimento de software no segmento de varejo e atacado, prestação de assistência técnica relacionada com sua atividade comercial, consultoria e cursos para formação e desenvolvimento pessoal, consultoria para a tomada de decisões estratégicas, com as seguintes premissas mais relevantes:

As receitas foram projetadas entre 2016 e 2022, considerando o crescimento da base de clientes.

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

Para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2015, para perpetuidade, consideramos uma taxa de crescimento de 6,1%, equivalente à média da inflação dos últimos 5 anos medida pelo IPCA. Os fluxos de caixa estimados foram descontados a taxa de 16% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2015 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio. O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio.

Em 30 de junho de 2016 o retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio, permanece inalterado.

Notas Explicativas

12 Empréstimos e financiamentos

Tipo	Encargos	Taxa Efetiva	Vencimento	Garantia / Tipo	Controladora		Consolidado	
					30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	7,678% a.a.	15/03/2018	(a)	19.605	25.032	19.605	25.032
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,67% a.a.	7,851% a.a.	15/02/2021	(b)	-	-	104.191	103.306
					<u>19.605</u>	<u>25.032</u>	<u>123.796</u>	<u>128.338</u>
Parcela a amortizar no curto prazo								
Classificada no passivo circulante					<u>11.228</u>	<u>11.170</u>	<u>20.725</u>	<u>11.917</u>
Passivo não circulante					<u>8.377</u>	<u>13.862</u>	<u>103.071</u>	<u>116.421</u>

O montante classificado no passivo não circulante no consolidado terá o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano	Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
2017	18.497	32.450
2018	28.618	28.414
2019	25.826	25.642
2020	25.826	25.642
2021	4.304	4.273
	<u>103.071</u>	<u>116.421</u>

12.1 Operações com partes relacionadas

- (a) O empréstimo do BNDES possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Os seguintes índices devem ser apurados semestralmente nos demonstrativos financeiros consolidados:
- Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 65%;
 - Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 3,0;
 - EBITDA / Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%.
- (b) O empréstimo do BNDES firmado em 28 de outubro de 2014 possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Os seguintes índices devem ser apurados semestralmente nos demonstrativos financeiros consolidados:
- Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 60%;
 - Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 2,0;
 - EBITDA / Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%.

Notas Explicativas

Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- EBITDA: Resultado antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;
- Dívida líquida: Saldos das dívidas decorrentes de financiamentos, debêntures e similares, excluídos os valores correspondentes aos saldos da dívida decorrente dos financiamentos contratados diretamente com o BNDES e das Disponibilidades.

Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 120 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida de decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

A controlada e interveniente Linx Sistemas e Consultoria Ltda. se obrigam a depositar as receitas provenientes da prestação de serviços em uma “conta centralizadora” aberta para tal fim.

Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

13 Obrigações trabalhistas

	Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
Provisão Férias, 13º Salário e encargos	28.279	17.443
INSS a Recolher	3.953	3.964
Provisão participação lucros e resultados	4.413	3.178
FGTS a pagar	1.343	1.708
Salários a pagar	549	1.952
Outros	473	545
	<u>39.010</u>	<u>28.790</u>

14 Contas a pagar por aquisição de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
Parcelas não sujeitas à atualização	2.600	5.135
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI	3.654	4.346
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA	66.666	76.854
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPC	402	383
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM	9.596	9.165
Ajuste a valor presente	(241)	(312)
	<u>82.677</u>	<u>95.571</u>
Passivo circulante	<u>33.213</u>	<u>28.335</u>
Passivo não circulante	<u>49.464</u>	<u>67.236</u>

O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Ano	Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
2017	3.606	23.361
2018	31.211	29.876
2019	12.435	11.879
2020	2.212	2.120
	<u>49.464</u>	<u>67.236</u>

Notas Explicativas

15 Imposto de renda e contribuição social

15.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto nominal, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(122)	-	(5.090)	(3.714)
Imposto diferido				
Imposto diferido sobre o lucro do exercício	-	(141)	(2.459)	(6.751)
Despesa de imposto de renda e contribuição social para renda efetiva	(122)	(141)	(7.549)	(10.465)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

15. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	32.661	30.805	40.088	41.129
Resultado de equivalência patrimonial	(32.267)	(22.883)	-	-
Resultado ajustado	394	7.922	40.088	41.129
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34%	(134)	(2.693)	(13.630)	(13.984)
Diferenças permanentes				
Lei 11.196/05 (Incentivo a pesquisa e Desenvolvimento)	-	-	3.443	1.485
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	2.541	-	2.541
Diferença de imposto de renda e contribuição social apurado pelo lucro presumido	-	-	2.777	-
Outras diferenças líquidas	12	12	(139)	(507)
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(122)	(140)	(7.549)	(10.465)
Alíquota efetiva	31%	2%	19%	25%

Notas Explicativas

15.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	31/12/15	Reconhecido no resultado	30/06/16
IR/CS diferidos sobre diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	(28.235)	(10.730)	(38.965)
IR/CS diferidos sobre ativos identificados nas aquisições	(20.447)	2.703	(17.744)
IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	5.015	5.015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	170	127	297
Provisão benefícios para empregados	1.921	(140)	1.781
Provisão para contingências	196	45	241
Provisão para ajuste a valor presente	(56)	(41)	(97)
Provisão para pagamento de comissões	104	43	147
Plano de opção de compra de ações	595	531	1.126
Outras provisões	209	(12)	197
Diferido líquido	<u>(45.543)</u>	<u>(2.459)</u>	<u>(48.002)</u>
Passivo fiscal diferido	(45.543)		(48.002)

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), independentemente de reforma deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O órgão competente para deliberar sobre as emissões é o Conselho de Administração, onde o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior.

Notas Explicativas

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4o da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

No dia 29 de fevereiro de 2016 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício parcial, pelos respectivos beneficiários, da opção de compra referente à outorga inicial do Plano de Opção de Ações aprovado na AGE de 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 5.779, passando, portanto, de R\$ 352.501 para R\$ 358.280, mediante a emissão de 232.591 novas ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14 de junho de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o desdobramento de cada uma das 47.069.132 ações ordinárias, na proporção de 2 novas ações para cada ação ordinária possuída nesta data. Assim, em razão da aprovação do referido desdobramento, a Companhia emitiu 94.138.264 novas ações ordinárias, representando um aumento de 200% na base acionária e o capital social da Companhia passou a ser representado por 141.207.396 ações ordinárias, sem que haja qualquer alteração no valor do capital social ou nos direitos conferidos por essas ações a seus titulares, inclusive dividendos e quaisquer remunerações de capital social que vierem a ser distribuídos pela Companhia. O lucro por ação passa a ser demonstrado na nova proporção de forma retrospectiva nessas demonstrações financeiras.

O capital social é representado por ações autorizadas, subscritas e inteiramente integralizadas e está dividido da seguinte forma:

Acionista	Ações	Capital Total (%)
Acionistas Fundadores	34.883.719	24,70%
Free Float (*)	106.323.677	75,30%
	141.207.396	100 %

(*)O BNDES Participações S.A., GIC Private Limited, Genesis Asset Managers e Mawer Investments possuem posição acionária acima de 5%.

16.2 Reservas de capital

A reserva de capital está constituída da seguinte forma:

	30/06/2016	31/12/2015
Ágio na subscrição de capital (a)	214.131	214.131
Plano de opção de compra de ações (nota 25)	8.068	6.508
Gastos com emissão de ações (b)	(24.692)	(24.692)
	197.507	195.947

(a) Em conformidade com a Lei 6.404/76, o preço de emissão das ações sem valor nominal pode ser fixado com parte destinada à formação de reserva de capital.

Notas Explicativas

- (b) Em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações no montante de R\$ 24.692 foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

16.3 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em conformidade com parágrafo 1º do artigo 182, a Companhia não constituiu a reserva legal pois o montante das reservas de capital excederam o percentual de 30% sobre o capital social.

16.4 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2016, foi aprovado, nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95, o pagamento de dividendos no valor bruto de R\$ 8.000, os quais foram imputados ao valor do dividendo mínimo previsto no Artigo 36 do estatuto social da Companhia, e foram pagos em 10 de maio de 2016.

17 Provisão para contingências

A Companhia e as suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Em 30 de junho de 2016, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis no valor de R\$ 709 (R\$ 575 em 31 de dezembro de 2015).

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 1.553 em 30 de junho de 2016 (R\$ 1.072 em 31 de dezembro de 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

As possíveis contingências das empresas adquiridas serão garantidas pelos antigos proprietários conforme contratos de compra e venda. A Companhia possui valores retidos suficientes para garantir esses compromissos, classificados na rubrica outros créditos no balanço patrimonial, com base nas diligências realizadas durante os processos de aquisições.

Notas Explicativas

Movimentação	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	284	291	575
Adições	345	12	357
Baixas	(201)	(60)	(261)
Atualização	19	19	38
Saldo em 30 de junho de 2016	447	262	709

18 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta operacional para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	30/06/16	30/06/15
Receita bruta operacional		
Receita de manutenção	233.731	193.788
Receita de serviços	42.497	44.773
Outras receitas*	1.280	-
	<u>277.508</u>	<u>238.561</u>
Impostos sobre vendas		
PIS	(1.752)	(1.579)
COFINS	(8.084)	(7.285)
ISS	(6.495)	(5.602)
INSS	(9.777)	(4.503)
Outros	(1.616)	(1.370)
Cancelamentos e abatimentos	<u>(9.351)</u>	<u>(4.348)</u>
	<u>240.433</u>	<u>213.874</u>

(*) Os valores de outras receitas refere-se a reversão de earn-out não atingido das empresas adquiridas pela Companhia.

Notas Explicativas

19 Custos e despesas

Natureza	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Aluguéis	-	-	(4.384)	(4.625)
Comissões	-	-	(9.637)	(7.206)
Depreciação e amortização	-	-	(27.043)	(24.313)
Manutenção e conservação	-	-	(2.887)	(2.559)
Pessoal	-	-	(118.794)	(104.587)
Propaganda e publicidade	(33)	-	(2.545)	(1.195)
Serviços de terceiros	(18)	-	(11.895)	(12.516)
Viagens e estadias	-	-	(5.554)	(5.976)
Despesas com link	-	-	(10.452)	(6.772)
Despesas com Informática	-	-	(1.250)	(1.515)
Outros	(57)	(58)	(9.843)	(8.462)
	<u>(108)</u>	<u>(58)</u>	<u>(204.284)</u>	<u>(179.727)</u>
Função				
Custo dos serviços prestados	-	-	(70.481)	(60.653)
Despesas administrativas e gerais	(90)	(58)	(71.871)	(64.243)
Despesas de vendas	-	-	(29.670)	(26.044)
Pesquisa e desenvolvimento	(18)	-	(29.601)	(27.128)
Outras despesas operacionais	-	-	(2.661)	(1.659)
	<u>(108)</u>	<u>(58)</u>	<u>(204.284)</u>	<u>(179.727)</u>

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Receitas Financeiras				
Juros ativos	975	975	1.222	1.657
Juros s/aplicações financeiras	519	7.846	15.684	14.368
Descontos obtidos	-	2	30	91
Variação cambial ativa	-	-	1	1
Outras receitas	24	131	766	(96)
	<u>1.518</u>	<u>8.954</u>	<u>17.703</u>	<u>16.021</u>
Despesas Financeiras				
Juros passivos	-	1	(122)	(19)
Juros s/empréstimos e financiamentos	(975)	(745)	(9.075)	(6.680)
Desconto concedido	-	-	(3.407)	(1.602)
Variação cambial passiva	-	(27)	(45)	(33)
Imposto sobre operações financeiras	-	0	(126)	(70)
Outras despesas	(41)	(202)	(989)	(635)
	<u>(1.016)</u>	<u>(974)</u>	<u>(13.764)</u>	<u>(9.039)</u>
	<u>502</u>	<u>7.980</u>	<u>3.939</u>	<u>6.982</u>

Notas Explicativas

21 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

21.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Companhia possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente representa apenas 5% da receita.

As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (vide Nota Explicativa nº 7). O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais.

Em 30 de junho de 2016 a exposição máxima referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber está representada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Caixa e equivalentes de caixa	42	116	4.087	14.790
Aplicações financeiras	5.658	8.021	244.823	229.091
Contas a receber de clientes	-	-	101.675	94.468
	<u>5.700</u>	<u>8.137</u>	<u>350.585</u>	<u>338.349</u>

21.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Controladora		
	Até 1 ano	Até 2 anos	Total
Fornecedores	15	-	15
Empréstimos e financiamentos	11.228	5.651	16.879
	<u>11.243</u>	<u>5.651</u>	<u>16.894</u>

Operação	Consolidado			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores	5.880	-	-	5.880
Empréstimos e financiamentos	20.725	40.495	76.022	137.242
Contas a pagar por aquisição de controladas	33.213	37.457	20.729	91.399
Contas a pagar por aquisição de Ativos*	2.587	139	1.381	4.107
	<u>62.405</u>	<u>78.091</u>	<u>98.132</u>	<u>238.628</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e contas a pagar por aquisição de controladas.* O valor de contas a pagar por aquisição de ativos está registrado no balanço patrimonial na rubrica de Outras contas a pagar

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

21.3 Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IPCA, IPCA, IGPM e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade.

21.4 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

21.5 Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

Notas Explicativas

21.6 Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil		Valor Contábil	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	42	116	4.087	14.790
Aplicações financeiras	5.658	8.021	244.823	229.091
Contas a receber de clientes	-	-	101.675	94.468
Outros créditos	1	137	15.637	12.847
Total	5.701	8.274	366.222	351.196
Passivos Financeiros				
Fornecedores	15	14	5.880	6.454
Empréstimos e financiamentos	19.605	25.032	123.796	128.338
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	82.677	95.571
Juros sobre capital próprio a pagar	-	20	-	20
Outras contas a pagar	-	-	6.589	8.647
Total	19.620	25.066	218.942	239.030

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

Notas Explicativas

Controladora					
30/06/16			31/12/2015		
Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	42	-	116	-	-
Aplicações financeiras	-	5.658	-	8.021	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-
Outros créditos	1	-	137	-	-
	<u>43</u>	<u>5.658</u>	<u>253</u>	<u>8.021</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros					
Fornecedores	-	15	-	-	14
Empréstimos e financiamentos	-	19.605	-	-	25.032
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	20
Outros contas a pagar	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>19.620</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.066</u>

Consolidado					
30/06/16			31/12/2015		
Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4.087	-	14.790	-	-
Aplicações financeiras	-	244.823	-	229.091	-
Contas a receber de clientes	101.675	-	94.468	-	-
Outros créditos	15.637	-	12.847	-	-
	<u>121.399</u>	<u>244.823</u>	<u>122.105</u>	<u>229.091</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros					
Fornecedores	-	5.880	-	-	6.454
Empréstimos e financiamentos	-	123.796	-	-	128.338
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	82.677	-	-	95.571
Juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	20
Outros contas a pagar	-	6.589	-	-	8.647
	<u>-</u>	<u>218.942</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>239.030</u>

21.7 Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

Notas Explicativas

21.8 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP, CDI, IPCA, IGPM e IPC, para financiamentos junto ao BNDES e contas a pagar por aquisições de empresas e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 30 de junho de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 14,13% e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas de 25% e 50%.

Controladora					
Operação	Saldo em 30/06/16	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	5.658	CDI	14,13%	10,60%	7,07%
Receita financeira			<u>799</u>	<u>600</u>	<u>400</u>
Consolidado					
Operação	Saldo em 30/06/16	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	244.823	CDI	14,13%	10,60%	7,07%
Receita financeira			<u>34.593</u>	<u>25.951</u>	<u>17.309</u>

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 30 de junho de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI vigentes em 31 de março de 2016, foi definido o cenário provável para o ano de 2016 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2016. A data base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

Controladora					
Operação	Saldo em 30/06/2016	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES	19.605		1.470	1.839	2.206
Taxa sujeita à variação		TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Consolidado					
Operação	Saldo em 30/06/2016	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES	123.796		9.285	11.612	13.927
Taxa sujeita à variação		TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Aquisição de empresas	9.596		1.173	1.466	1.759
Taxa sujeita à variação		IGPM	12,22%	15,28%	18,33%
Aquisição de empresas	3.654		515	643	772
Taxa sujeita à variação		CDI	14,09%	17,61%	21,14%
Aquisição de empresas	66.666		5.893	7.367	8.840
Taxa sujeita à variação		IPCA	8,84%	11,05%	13,26%
Aquisição de empresas	402		41	51	61
Taxa sujeita à variação		IPC	10,18%	12,73%	15,27%

22 Informação por segmento de negócio

A gestão dos negócios da Linx, nos âmbitos financeiro e operacional, está amparada no segmento denominado “Desenvolvimento de software” através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

Notas Explicativas

	Desenvolvimento de software		Outros/reconciliação **		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Receita operacional líquida	240.433	213.874	-	-	240.433	213.874
Custo dos serviços prestados	(70.481)	(60.653)	-	-	(70.481)	(60.653)
Lucro bruto	169.952	153.221	-	-	169.952	153.221
Despesas operacionais	(133.694)	(119.015)	(109)	(59)	(133.803)	(119.074)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	36.258	34.206	(109)	(59)	36.149	34.147
Receitas (despesas) financeiras líquidas	3.437	(998)	502	7.980	3.939	6.982
Lucro antes dos impostos	39.695	33.208	393	7.921	40.088	41.129
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(7.427)	(10.324)	(122)	(141)	(7.549)	(10.465)
Lucro líquido do período	32.268	22.884	271	7.780	32.539	30.664

* As receitas operacionais da Companhia são obtidas no Brasil, assim como os ativos não circulantes da Companhia.

** Os itens de outros/reconciliação referem-se aos saldos da controladora.

23 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 30 de junho de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta no consolidado por R\$ 5.000 para responsabilidade civil para administradores, R\$ 67.260 para riscos operacionais e R\$ 600 de veículos.

24 Lucro por ação

a. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrado abaixo:

	30/06/16	30/06/15
Lucro líquido do exercício	32.539	30.664
Número médio ponderado de ações	141.091.101	140.315.907
Lucro por ação – básico (em Reais)	0,2306	0,2185

Notas Explicativas

b. Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui Plano de “*Stock Options*” com outorga de 1.082.819 opções de ações e o potencial dilutivo total do mesmo é representado por 1.690.610 opções de ações, já incluída a outorga inicial.

	<u>30/06/16</u>	<u>30/06/15</u>
Lucro líquido do exercício	32.539	30.664
Número médio ponderado de ações	142.095.975	141.327.087
Lucro diluído por ação – básico (em Reais)	0,2290	0,2170

25 Pagamento com base em ações

Foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 4 de dezembro de 2012 o Plano de Opção de Compra de Ações da Linx S.A., que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

O Plano tem por objetivo atrair e reter aos administradores e empregados da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto, concedendo aos administradores e empregados a oportunidade de, sujeitos a determinadas condições, tornarem-se acionistas da Companhia, com vistas a: (i) recompensá-los em razão de seus cargos e pelo tempo de serviço na Companhia; (ii) estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores da Companhia; e (iv) incentivar o desempenho e favorecer a retenção de pessoas chave da Companhia, na medida em que a sua participação no capital social da instituição permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações.

O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que estabelece os programas de outorga, cabendo-lhe definir: (i) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (ii) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos altos executivos da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (iii) a eleição dos Beneficiários do Plano e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; e (iv) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a alienação de ações em tesouraria, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano.

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Notas Explicativas

Em 28 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga inicial de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 614.317 opções de ações, com preço de exercício de R\$18,72 (dezoito reais e setenta e dois centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 28 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 135.353 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 33,83 (trinta e três reais e oitenta e três centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 27 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 144.285 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 38,72 (trinta e oito reais e setenta e dois centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 29 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 188.864 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 38,17 (trinta e oito reais e setenta e dois centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo Black-Scholes de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Número	Data	Quantidade de opções (*)	Outorga		Premissas valor justo			
			Preço de exercício - reais (*)	Precificação de opções (*)	Expectativa de		Taxa de juros livre de risco - %	Prazo maturidade
					Dividendos - %	Volatilidade - %		
1ª	28/02/13	1.842.951	6,24	4,24	3,3%	25,24%	10,27%	4 anos
2ª	28/02/14	406.059	11,28	3,94	0,8%	25,11%	10,12%	4 anos
3ª	27/02/15	432.855	12,91	3,95	1,3%	24,00%	12,96%	4 anos
4ª	29/02/16	566.592	12,72	4,67	0,8%	25,01%	7,25%	4 anos

(*) Valores após o desdobramento das ações realizado em 16 de junho de 2016.

Notas Explicativas

O efeito acumulado no período findo em 30 de junho de 2016 é de R\$ 1.560 (R\$ 1.270 no mesmo período de 2015), registrado na demonstração do resultado como despesa com salários. Este efeito não teve impacto no caixa da Companhia.

O saldo acumulado no patrimônio líquido apresentado em reserva de capital na rubrica de “plano de opções de ações” é de R\$ 8.068 (R\$ 6.508 em 31 de dezembro de 2015).

* * *

Alberto Menache
Diretor Presidente

Dennis Herszkowicz
Vice-Presidente Financeiro e RI

Eloisa Moraes Souza de Oliveira
Contadora CRC 1SP247057/O-9

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia não tem como política a divulgação de projeções financeiras.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Não há outras informações que a Companhia entenda ser relevantes.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Administradores da
Linx S. A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Linx S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2016.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rogério Hernandez Garcia
Contador CRC 1SP213431/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Companhia não possuía no período findo em 30 de junho de 2016 Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente instalado.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2016.

São Paulo, 08 de agosto de 2016.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2016.

São Paulo, 08 de agosto de 2016.